

Qualidade e Políticas Públicas na Educação 3

Marcia Aparecida Alferes

(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Marcia Aparecida Alferes
(Organizadora)

**Qualidade e Políticas Públicas
na Educação**
3

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

Q1 Qualidade e políticas públicas na educação 3 / Organizadora Marcia Aparecida Alferes. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Qualidade e Políticas Públicas na Educação; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-003-2

DOI 10.22533/at.ed.032181912

1. Avaliação educacional. 2. Educação e estado. 3. Escolas públicas – Organização e administração. 4. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 5. Professores – Formação. I. Alferes, Marcia Aparecida. II. Série.

CDD 379.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Estão incluídos, nesta categoria, os textos que tratam da Educação Básica. A Educação Básica segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN tem por finalidades: a) desenvolver o educando; b) assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania; e c) fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

A Educação Básica obrigatória e gratuita deve ser ofertada dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada em pré-escola, ensino fundamental e ensino médio.

Os capítulos sobre Educação Básica trazem artigos sobre o desafio de inclusão de crianças e adolescentes nas escolas; o ensino médio alinhado a formação para o mercado de trabalho; a avaliação da aprendizagem como processo contínuo e formativo; as áreas do conhecimento como promotoras da aprendizagem significativa; as instâncias colegiadas como parceiras do processo de ensino e aprendizagem.

Todos esses assuntos estão alinhados com os princípios sobre os quais o ensino deverá ser ministrado e que se encontram no artigo 3º da LDBEN. Além disso, contemplam o disposto no artigo 205 da Constituição Brasileira, de que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, que será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Marcia Aparecida Alferes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO BÁSICA NA AGENDA DO PLANEJAMENTO EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE DO SEU CONTEXTO DE INFLUÊNCIA	
<i>Márcia Helena Amâncio</i> <i>Remi Castioni</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0321819121	
CAPÍTULO 2	12
A INCLUSÃO EM ESCOLAS PÚBLICAS UM GRANDE DESAFIO NA ATUALIDADE	
<i>Clair Machado Rangel</i> <i>Eliane Maria Bedinot da Rocha</i> <i>Marilene Felisberto Boff</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0321819122	
CAPÍTULO 3	20
A SUSTENTABILIDADE DIANTE DE UMA CRISE CIVILIZATÓRIA	
<i>Raquel Fernanda Ghellar Canova</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0321819123	
CAPÍTULO 4	26
AFETIVIDADE E LÍNGUA INGLESA: UM ESTUDO SOBRE CRENÇAS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM	
<i>Tauã Carvalho de Assis</i> <i>Neuda Lago</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0321819124	
CAPÍTULO 5	39
ANÁLISE DE DESEMPENHO DE CONCLUINTEs DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TESTE DE CRIATIVIDADE EM MATEMÁTICA	
<i>Mateus Gianni Fonseca</i> <i>Juliana Campos Sabino de Souza</i> <i>Cleyton Hércules Gontijo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0321819125	
CAPÍTULO 6	49
ANÁLISE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA OFERTADA AOS ALUNOS PAEE EM ESCOLAS PÚBLICAS	
<i>Maria Aparecida Ferreira de Paiva</i> <i>Tatiane Regina dos Santos Quarantani</i> <i>Amanda Garcia Bachiega</i> <i>Vera Lúcia Messias Fialho Capellini</i> <i>Ana Paula Pacheco Moraes Maturana</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0321819126	
CAPÍTULO 7	57
ANÁLISE DE LIVROS DE BIOLOGIA OFERTADOS PARA O ENSINO MÉDIO DE ESCOLAS ESTADUAIS E FEDERAIS	
<i>Camila Maria de Souza Silva</i> <i>Wellington Alves Piza</i> <i>Mirella de Fátima Silva</i> <i>Gabriella Ramos de Menezes Flores</i> <i>Rafaela Franco Dias Bruzadelli</i> <i>Caroline de Souza Almeida</i> <i>Ingridy Simone Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.0321819127	

CAPÍTULO 8 61

DISSONÂNCIAS E RESSONÂNCIAS: A (IN)VISIBILIDADE DA CRIANÇA NO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS

Maria Carolina Branco Costa
Marcia Cristina Argenti Perez

DOI 10.22533/at.ed.0321819128

CAPÍTULO 9 77

EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO DO CEPAE/UFG: A COMPREENSÃO DE ESTUDANTES SOBRE ESTE COMPONENTE CURRICULAR

Dayse Alisson Camara Cauper
Tiago Onofre da Silva

DOI 10.22533/at.ed.0321819129

CAPÍTULO 10 84

ENSINO MÉDIO EM FOCO: POLÍTICA EDUCACIONAL, MERCADO E EDUCAÇÃO PÚBLICA

Ana Lara Casagrande
Kátia Morosov Alonso

DOI 10.22533/at.ed.03218191210

CAPÍTULO 11 96

FATORES CONTEXTUAIS ASSOCIADOS AO DESEMPENHO DOS ESTUDANTES DO 7º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DE MINAS GERAIS EM LÍNGUA PORTUGUESA

Luiz Vicente Fonseca Ribeiro
Ana Luísa Marlière Casela
Wagner Silveira Rezende
Naira da Costa Muylaert Lima

DOI 10.22533/at.ed.03218191211

CAPÍTULO 12 111

FATORES QUE AFETAM / INFLUENCIAM NO IDEB DE ESCOLAS DE PELOTAS/RS: ALGUMAS ANÁLISES ENTRE O ALTO E BAIXO INDICADOR

Évelin Rutz
Deise Ramos da Rocha
Nadiane Feldkercher
Álvaro Luiz Moreira Hypolito

DOI 10.22533/at.ed.03218191212

CAPÍTULO 13 116

INTERDISCIPLINARIDADE NA ESCOLA ATUAL: UMA EXPERIÊNCIA ENTRE GEOGRAFIA E EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRICANA

Sebastiana de Fátima Gomes
Juliana Inhesta Limão Thiengo

DOI 10.22533/at.ed.03218191213

CAPÍTULO 14 123

METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM-AVALIAÇÃO PARA ALUNOS DO PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR APRENDEREM MATEMÁTICA ATRAVÉS DE PROBLEMAS

Cristiane Johann Evangelista
Dilson Henrique Ramos Evangelista

DOI 10.22533/at.ed.03218191214

CAPÍTULO 15	131
MOVIMENTOS SOCIAIS E CONSELHOS DE CONTROLE SOCIAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA <i>Maria Raquel Moura de Sousa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.03218191215	
CAPÍTULO 16	142
O CERRADO NA CONCEPÇÃO DOS ALUNOS: UM ESTUDO NAS ESCOLAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE GOIÁS <i>Franciane Prado Gonçalves</i> <i>Tatiane Rodrigues Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.03218191216	
CAPÍTULO 17	149
O CONSELHO ESCOLAR E ATUAÇÃO PRÁTICA NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA: BREVES CONSIDERAÇÕES. <i>José Pedro Garcia Oliveira</i> <i>José Carlos Martns Cardoso</i>	
DOI 10.22533/at.ed.03218191217	
CAPÍTULO 18	162
O MOVIMENTO SECUNDARISTA “OCUPA TUDO RS”: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM SANTA CRUZ DO SUL <i>João Luís Coletto da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.03218191218	
CAPÍTULO 19	171
O NOVO ENSINO MÉDIO E A FORMAÇÃO INTEGRAL DO SER HUMANO: UM CONVITE À REFLEXÃO <i>Luis Roberto Ramos de Sá Filho</i>	
DOI 10.22533/at.ed.03218191219	
SOBRE A ORGANIZADORA	178

O MOVIMENTO SECUNDARISTA “OCUPA TUDO RS”: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EM SANTA CRUZ DO SUL

João Luís Coletto da Silva

Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC),
Santa Cruz do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

RESUMO: O presente relato de experiência dimensiona se aproximar, solidarizando com os jovens estudantes do Ensino Médio Politécnico, do movimento denominado “Ocupa Tudo no RS”, que algumas instituições escolares de diferentes cidades do Estado do Rio Grande do Sul, estiveram praticando estas forma de reivindicar sobre à educação pública no ano de 2016. Dentro deste contexto, o trabalho visa compreender a causa de um grupo juvenil pertencente a este denominado movimento, em uma escola estadual localizada no município de Santa Cruz do Sul, que fizeram ocupações parciais. Para tanto, esta experiência existe indícios de uma pesquisa participante, pois o interesse surgiu dos próprios sujeitos deste cenário, os quais objetivavam além de solidarizar com a causa, uma contemplação de aula aberta à todos. Através do uso de relatos descritivos por parte dos estudantes divididos em grupos, a coleta de material para a construção se deu, também, conhecendo as formas e objetivos que a coordenação do movimento oferecia, cujos principais resultados demonstraram: os alunos buscando a luta pela democracia; a educação para eles deve ser repensada e compreendida

para além das salas de aulas; que apesar das últimas reestruturações no Ensino Médio, a prática precisa de fato, ser ressignificada. Também, que esta concepção reforça a importância de uma escola democrática que estas experiências através das vivências sejam massificadas e sirvam de exemplos a todos em geral.

PALAVRAS-CHAVE: Ocupação das escolas; Secundaristas; Ensino Médio Politécnico.

ABSTRACT: The present experience report approximates, in solidarity with the young students of the Polytechnic High School, from the protest movement called “Ocupa Tudo RS” (Occupy RS), in which some school institutions from different cities from the Rio Grande do Sul’s state had been practicing this manifests as a way to claim for improvements in public education in 2016. In this context, this paper aims to understand the cause of a youth group related to this movement in a public school located in Santa Cruz do Sul’s county that made partial occupations. Therefore, in this experience report, there is evidence of a participant survey since the interest emerged from the individuals of this scenario, who claimed, besides solidarity with the cause, a contemplation of an open class to everybody. Through the use of descriptive reports by the students divided into groups the gathering of material for the construction took

place, also, knowing the forms and objectives that the coordination of the movement offered, whose main results have shown: students seeking the fight for democracy; for them, the education must be rethought and understood beyond the classrooms; despite the last restructuring on High School system the practice needs, in fact, be reassigned. Also, this conception reinforces the importance of a democratic school and that these lives experience be massified and serve as an example to all in general.

KEYWORDS: School occupation; Secondaries; Polytechnic High School.

1 | PALAVRAS INICIAIS

Estudantes principalmente da etapa do Ensino Médio brasileiro estão envolvidos numa condição de incertezas, de problemáticas e de não garantias básicas dos direitos adquiridos na Carta Magna da Constituição¹. Sobretudo, esta específica parcela de discentes nesta etapa da Educação Básica, são os recortes que este relato de experiência busca a provocar outros olhares reflexivos.

É oportuno ressaltar ainda, que os sujeitos/atores deste tempo atual e espaço da escola, nem são sempre visualizados como protagonistas da educação. Muitos dos mesmos se encontram fora das escolas, por inúmeros motivos que entrelaçam desde a falta de interesses, como a possibilidade de estar trabalhando, esta, muitas vezes, de forma insalubre, precária e com fins de exploração baseados pela concepção do capital financeiro, expansão do sistema vigente do ultra-neoliberalismo. Ou seja, além das queixas tradicionais reivindicadas quanto à falta de investimentos em infraestrutura, condições precárias de trabalho dos docentes e sua desvalorização, existem também uma grande lacuna em não perceber uma desconexão prejudicial entre os principais sujeitos da educação: os discentes.

Nesse sentido, diferentes autores contextualizam que, para uma escola ser participativa, justa, deve haver os alunos como protagonista dela, sendo necessária conter uma práxis pedagógica, de fato, democrática. Entre eles, podemos mencionar Theodor Adorno (2003) e Paulo Freire (2014), por todas as suas carreiras como educadores e pesquisadores críticos, que procuraram romper com a lógica da escola da modernidade, a qual enfatiza sujeitos, entre eles, os discentes, como não autônomos.

Para tanto, a busca por um modelo de aluno no centro da aprendizagem e ensino, perpassa pela compreensão mais crítica e ampla para além das instituições escolares, a lógica histórica do Estado e educação, as visões de mundo e sociedade, dentre outras. Mas por outro lado, a escola do viés capitalista e tradicional ainda continua presente nas distintas localidades, ampliando as contradições através da competitividade, desigualdades sociais e exclusões, dentre outros, impedindo a formação estudantil mais unilateral, ontológica, qualitativa e coerente com a sua

1 Este texto é oriundo de uma apresentação no XI Congresso Internacional de Educação Popular, realizado no ano de 2016. O motivo desta nova exposição se dá em virtude do convite recebido pelo autor da Atena Editora.

realidade.

A partir do ano de 2015, no Estado de São Paulo, ao invés da tradicional (greve) e conhecida reivindicação sobre a educação partindo dos docentes contra o Estado e Governo, foi através do movimento estudantil de distintas instituições públicas que este trabalho se aproxima, que partiu dos próprios alunos, denominando-se de: ocupações nas escolas públicas. Após expansão deste modo de protestar e lutar pelo direito da educação pública com qualidade, diferentes Estados brasileiros também apresentaram estes atos em algumas escolas dentro do seu território.

No Rio Grande do Sul, esta pratica teve início no ano de 2016, em escolas públicas da rede estadual de ensino da capital. Dentro desta massificação, várias outras escolas e municípios também demonstraram exemplos, como a cidade de Santa Cruz do Sul, que apresentou três instituições com a proposta de alertar sobre a precariedade da educação.

Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo compreender qual a visão de um grupo de discentes pertencentes de uma escola pública santa-cruzense, inseridos no Ensino Médio denominado de Politécnico, a fim de perceber quais são as formas que estes jovens vinham se organizando e pensando sobre educação e escola. Da mesma forma, conhecer quais foram as principais barreiras e limites que sofreram por esta forma de reivindicar, bem como, as possibilidades já avançadas por esta conduta juvenil ao demonstrar este modelo de lutar pelo bem da educação e seus direitos como cidadãos.

Diante disso, este trabalho se enquadra como um relato de experiência, que através desta forma contemporânea estudantil de protestar, se justifica esta apreciação, pois obriga a sociedade, governo, professores (que apoiam ou não as ocupações), pais, colegas (que aderem ou não ao movimento), funcionários, pesquisadores e toda a comunidade escolar, a repensar esta forma de organização.

2 | PRESSUPOSTOS DO ENSINO MÉDIO

Uma democracia associa-se ao aproximar das ideias de emancipação, o que estes fatos devem ser pensados, planejados e trabalhados, em uma abordagem e viés qualitativo, como questões de autonomia, amorosidade elencadas nos direitos sociais (ADORNO, 2003). Ao opor-se às concepções pedagógicas tradicionais e/ou tecnicistas, marginalizadas e desiguais, bem como, a lógica que o Estado fez historicamente do uso da educação e escolas, associam-se, na dimensão de um aparelho ideológico (FREITAG, 1986), faz-se pensar também, em uma possível aproximação da escola na direção democrática, mas não como uma dimensão de abstração, e sim na construção de direitos autocríticos e participativos.

Entre alguns dos principais teóricos da Teoria Crítica que aproximam a emancipação do viés da educação, Adorno associou um sentido amplo e crítico à

sociedade hegemônica e dominante, oposta à ciência clássica, através de uma educação no sentido democrático, que instigue um sujeito autônomo e rigoroso contrário às incitações que a sociedade dominante e não democrática impõe também na escola (AMBROSINI, 2012). De forma aproximada, Paulo Freire reforça esta práxis pedagógica no viés da/para autonomia, em que a educação potencialize no sujeito oprimido uma conscientização em trânsito, para além da educação tradicional e que isto concretize uma necessidade de curiosidade e conseqüentemente um processo de luta (AMBROSINI, 2012). Nesta construção de entraves na história, muitas escolas atuais são frutos e resultados do que se pensava sobre educação de décadas atrás, que dentro do campo das políticas educacionais, fez da educação ser muito contraditória aos estudantes de escolas públicas. Como, as complexidades naturalizadas da etapa do Ensino Médio (RAMOS, 2011). Especificamente nesta etapa da Educação Básica, os alunos jovens eram objetivados a percorrer diferentes caminhos demonstrando claramente a dualidade e lógica da educação pelo Estado, como as concepções do taylorismo, do fordismo e do toyotismo. Por exemplo, a classe elite objetivava a continuidade dos seus estudos através do Ensino Superior, com a sua aprovação no vestibular. Para os jovens das classes desfavorecidas, o currículo nesta fase de formação estudantil direcionava a sua inserção no mercado de trabalho, e não sua continuidade aos estudos.

Em busca de uma educação atual mais justa e próxima do estudante deste século, que oportunizasse um modelo pedagógico oposto ao tradicional, o Estado do Rio Grande do Sul, baseado em autores da vertente da Teoria Crítica, implementaram uma reformulação curricular em 2012, buscando romper a educação tradicional objetivada historicamente (RIO GRANDE DO SUL, 2011). O nome desta política educativa denominou-se de Ensino Médio Politécnico. Esta mudança transitada estaria em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio nacional (BRASIL, 2012) e, posteriormente, o próprio Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014).

Dentre as principais alterações implantadas pelo Ensino Médio Politécnico, segundo Azevedo e Reis (2014), teve o objetivo de um ensino baseado na pesquisa e interdisciplinaridade, aproximado da realidade dos discentes as suas temáticas de interesses, o trabalho contendo um sentido educativo, a avaliação emancipatória sendo interpretada como processo (e não fim), entre outras mudanças que facilitassem uma educação democrática e libertadora².

Apesar desta luta política e ideológica contra-hegemônica pelo melhor modelo educacional, a educação num todo, é um campo de disputas, conforme Peroni e Caetano (2016), que criticam a escola contemporânea e, principalmente, das políticas,

2 Apesar do propósito desta política, o currículo do Ensino Médio Politécnico esteve vigente na educação gaúcha até o término do ano de 2016, no qual, todas as escolas da rede foram obrigadas a realterar o seu projeto político pedagógico e os planos de estudos, conseqüentemente, colocou-se fim não só na nomenclatura desta política, mas quanto à sua própria fundamentação, que utopicamente buscava projetar.

pois estão conduzindo a lógica da mercantilização do ensino público, com fortes indícios à precarização do trabalho docente. Diante dessa intenção realizada com o Ensino Médio Politécnico, que tinha o pressuposto de objetivar um jovem mais autônomo e cidadão em uma escola democrática, estas transições estavam sendo conduzidas de forma lenta, com inúmeras dificuldades entre os sujeitos das distintas comunidades escolares (BRITO, 2015).

Infelizmente, apesar da reestruturação da proposta da rede estadual, havia ainda, muito descontentamento pela educação pública, principalmente alguns docentes em que se encontra em situação paralisada ou greve. Nas diversas propostas elencadas desta categoria profissional, foram enfatizadas reivindicações às formas de organização do trabalho docente, como as questões salariais e parcelamentos decorrentes; melhorias nas condições do trabalho, a própria precarização do trabalho profissional, em que, grande parte dos educadores têm pouco tempo de planejamento e, ao mesmo tempo, exercem suas funções em mais de uma escola; infraestrutura; a política do fechamento de escolas e do enturmamento, dentre outras. Acontece que, desta vez, concomitantemente a greve dos docentes, ocorreu um movimento ímpar, denominado de: “Ocupa Tudo RS”.

3 | CAMINHOS PERCORRIDOS: ALGUNS PROCEDIMENTOS

Diante disso, esta seria a problemática a ser pesquisada dentro desse contexto das escolas de educação pública e, nesse caso, mais forte dentro do âmbito do Ensino Médio Politécnico. Como toda problemática de um estudo deve visar soluções, reafirmamos que em virtude desta prática ser recente, inclusive no campo metodológico e ênfase de pesquisas, não se almeja soluções plenas, pois se trata de uma experiência que necessita maior aprofundamento no campo empírico e teórico.

Nesse processo metodológico, o trabalho contém indício de uma pesquisa participante, de acordo com Gabarrón e Landa (2006), pois o convite para a coleta de dados surgiu dos próprios sujeitos de um determinado cenário, e objetivou segundo os mesmos, desencadear para novas possibilidades em que estavam almejando. Estes sujeitos são os próprios estudantes inseridos no movimento “Ocupa Tudo no RS”, de uma escola do Ensino Médio Politécnico, localizada em Santa Cruz do Sul.

Para a construção prática do presente estudo, foi concebida uma “aula pública” ao movimento estudantil por parte do pesquisador, não apenas para solidarizar com a causa, mas por haver oportunidade da mesma ser vista de forma mais próxima e coerente. Para isto, os estudantes organizados em grupos, responderam na forma de um relato descritivo, o que especificamente este ato planejado por eles significava, tais como as barreiras e avanços encontrados. Nesse caso, os discentes exercitaram a “palavra escrita”, aproximando do pensamento dialético freireano.

Um exemplo demonstrado primeiramente por estes estudantes é a

conscientização e conseqüente autonomia dos mesmos, pois organizaram e planejaram praticamente sozinhos seu movimento, contendo como ajuda da União dos Estudantes de Santa Cruz do Sul, de um número ínfimo de professores. Isto, por si, extrapola a educação convencional, que na maior parte das atividades normalmente não se originam pelos discentes e, sim, dos professores na prática. Esta é uma grande lacuna na educação contemporânea, o fato do ato do planejamento participativo ficar praticamente inexistente e invisível nas escolas.

Uma importante constatação percebida nesta etapa empírica foi o quanto os secundaristas estavam engajados com uma diversidade de temáticas, que novamente a escola do tempo presente, muitas vezes, ausenta das vivências estudantis. Com isto, este específico grupo apresentou aproximações de sujeitos da academia, artistas e outros indivíduos da sociedade, saindo dos muros escolares e articulando-se com a sociedade de modo geral, ganhando visibilidade. Entre tais “aulas públicas” e/ou “oficinas” ofertadas a estes secundaristas, foi demonstradas as seguintes temáticas: “Porque precisamos do feminismo”?; “educação popular: leitura da realidade da sala de aula”; “fotografia”; “sarau literário/musical”; “68: o movimento estudantil”; “empreendedorismo”; “democratização da mídia”; “diversidade de gênero”; “Política social”; assembleia com pais, professores e direção aberta ao público; organizações e divisões de tarefas: cozinha, limpeza, coordenação do movimento, conversas e estratégias de diálogos com outros professores e pais, bem como, a comunidade em geral. Nas ocasiões das aulas públicas e oficinas, a direção e grupo de professores contrário ao movimento, se faziam presentes com algum membro, o que também, fez o movimento secundarista ser visto com outras percepções sobre as reivindicações por docentes opostos a ocupação.

Esses pressupostos são interessantes a serem melhor refletido, como por exemplo: quando estes jovens estudantes teriam possibilidade de apreender tais conteúdos trabalhados no cotidiano escolar? Ainda, será que estas aulas opostas de um processo pedagógico projetado no âmbito da memorização, seriam exercitadas de tal modo?

Assim, por si só, este primeiro conhecimento da organização, já contraria em várias dimensões à escola tradicional, desde assuntos ausentes nos currículos tradicionais apresentados acima, como algo realmente a iniciativa parte dos mesmos. Isto, significativamente pode ser associado a um processo de libertação como construção em trânsito, em que alimenta uma resignificação da escola, que dialogue e escute mais, aproximando de Adorno e Freire (AMBROSINI, 2012) o quesito da escola democrática e que demonstram esperança.

Baseando a proposta do convite à escola, com o movimento num encontro dialógico, pode-se considerar pelos avanços demonstrados através dos exemplos, que o movimento apesar de sofrer constantes repressões tanto da direção, como professores e pais que não concordam com esta causa, muitas vezes impondo falta de respeito, segundo o relato de alguns discentes do grupo. Porém, em contrapartida, conforme

o relato dos grupos, todos defendem o direito à educação e de sua retransformação, descrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, nº. 9.394/1996).

Apesar de o Ensino Médio Politécnico ser uma proposta de educação libertadora, conforme a intenção idealizada (RIO GRANDE DO SUL, 2011; 2012), é notório que a prática deste movimento fez críticas ao atual contexto de educação geral, que ainda está preso às avaliações ranqueadoras, caracterizadas pela meritocracia, contrariando o processo de avaliação emancipatória que a escola deveria praticar, segundo os documentos mencionados acima.

Neste sentido, um secundarista justifica o movimento mencionando: “por isso, o movimento critica e afronta o governo foi criado, para ocupar o local onde nos formamos e quem iremos ser na verdade, na escola”, pois “temos consciência” destas barreiras para o nosso desenvolvimento (DIÁRIO DE CAMPO).

O movimento fez referência ao grupo de docentes que estavam em greve, lutando por melhores condições e pela causa: “estamos cansados dessa história de greve, história de vamos mudar e ficar na mesma”, solidarizando-os, com esta forma de lutar de alguns docentes. Diante disso, o movimento chamou a atenção da sociedade, imprensa, comunidade acadêmica, pois fez com que o governo repensasse novas formas de negociar a qualidade da educação, bem como, proporcionou uma maior visibilidade dos estudantes enquanto protagonistas de uma causa, o que tanto se objetivou no processo histórico da educação: discentes críticos.

O que não podemos recusar, é que muitos secundaristas querem a melhora da educação, porém, nem todos os sujeitos lutam como militantes ou ativistas diariamente. Este movimento ensinou uma aula de cidadania, onde um grupo reforça que o movimento se visa à qualidade da educação, por isso que o próprio aconteceu. Lógico que, não são todos os sujeitos que tem uma concepção tão favorável à melhora da educação, conforme Freitag (1986) demonstra, quanto à escola e a educação poder ser um aparelho ideológico utilizado normalmente apenas em favor das classes dominantes.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste relato de experiência, demonstramos que os limites e possibilidades citados da luta diária pelos alunos, de acordo com as suas próprias concepções do descontentamento da educação pública atual, o movimento secundarista demonstrou a importância da qualidade e da participação coletiva estar no centro da educação pública. Especificamente, neste caso, os discentes sinalizaram um sentimento de esperança com a criticidade e forma de protagonismo que apresentaram dentro dos cronogramas desta específica Escola de Ensino Médio Politécnico e, que isto, serve de exemplos não apenas aos professores e sociedade, mas ao Estado.

Independente de quais os resultados desse movimento no futuro, os jovens

conscientemente, afirmaram que as mudanças na educação são lentas, mas também se fazem necessárias, ainda mais na realidade dos mesmos (instituição pública). A simples organização destes estudantes, buscando princípios democráticos, autônomos e participativos, exercitando a escuta e o diálogo, reafirma que são vivências que representam muito na vida de cada um deles. Principalmente ao justificarem que o movimento objetiva uma sociedade mais justa e igualitária, sendo “a escola a base de tudo”. Portanto, o movimento “Ocupa tudo RS” culminou no empoderamento dos participantes secundaristas.

Assim, o movimento projetou ainda, que a educação tradicional está também tensionada, e que o aluno também ensina, como Freire sempre reafirmou, mas que pouco a educação clássica oportuniza estes momentos. Portanto, este trabalho discente deve ser visto para além do entendimento da sua funcionalidade social e política, mas que possam realmente transformar-se em práticas pedagógicas alternativas e significativas algum dia, fazendo dela, de fato, se ressignificar na direção de uma escola mais democrática e, conseqüentemente uma sociedade com este mesmo valor.

Como principais resultados, as análises dos registros descritivos evidenciaram que os alunos estariam preocupados não somente consigo, mas com outros estudantes, como as crianças que ainda estavam nos anos iniciais do Ensino Fundamental, demonstrando um exemplo de cidadania ao conter este olhar de amorosidade pelo outro, independente das discordâncias do movimento. Da mesma forma, os jovens envolvidos diretamente se autoalimentaram com a perspectiva da criticidade e da curiosidade que envolve analisar a educação para além da sala de aula, desconstruindo, inclusive, muitas práticas pedagógicas da formação básica à formação inicial. Por exemplo, nas oficinas desenvolvidas até então, mencionam que sempre continham algum professor e parte da direção presentes que não apoiavam a causa, mas que, conforme o relato dos jovens, fez este grupo contrário refletir e se sensibilizar mais coerentemente suas posições.

Por fim, ressalta-se que, este movimento juvenil necessita de mais estudos e amplos e aprofundados, pois este caso além de ser recente e novo, requer não deixar esquecido o grande exemplo resultado de cidadania para uma educação pública de qualidade, utopia de muitos professores esperançosos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

AMBROSINI, T. F. **Educação e Emancipação Humana: uma fundamentação filosófica**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.47, p.378-391 Set.2012.

AZEVEDO, J. C.; REIS, J. T. Democratização do Ensino Médio: a reestruturação curricular no RS. In: _____. **O Ensino Médio e os desafios da experiência: movimentos da prática**. 1. ed. São Paulo:

Fundação Santillana, 2014. p. 21-44.

BRASIL. 2012. Ministério da Educação e Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 11, de 9 de maio de 2012. Trata das **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Brasília, 2012.

BRASIL. **Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do plano nacional de educação**. Brasília, 2014.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394**. São Paulo: Editora Brasil, 1996.

BRITO, R. V. **Educação politécnica: as experiências docentes e a reestruturação do ensino médio em duas escolas de Santa Cruz do Sul**. 2015. 119 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado e Doutorado) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 58ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FREITAG, B. **Escola, Estado & sociedade**. 6. ed. São Paulo: Moraes, 1986.

GABARRÓN, L. R.; LANDA, L. H. O que é pesquisa participante? In: BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. **Pesquisa participante: a partilha do saber**. São Paulo: Idéias & Letras, 2006.

PERONI, V. M. V.; CAETANO, M. R. **Educação & Realidade**. v. 41, nº. 2. abr./jun. 2016.

RAMOS, M. N. O ensino médio ao longo do século XX: um projeto inacabado. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. (Orgs.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio – 2012-2014**. POA: SEDUCRS, Nov/out de 2011. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/dados/ens_med_regim_padrao_em_Politec_II.pdf. Acesso em 10 mai. 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. **Regimento Padrão do Ensino Médio Politécnico** – Parecer CEED nº 310/2012. POA: SEDUCRS, Nov/out de 2012. Disponível em: http://www.educacao.rs.gov.br/pse/html/ens_medio.jsp?ACAO=acao1. Acesso em 10 mai. 2016.

